



A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Bianca Braz de Oliveira¹

Cleidiane Silva Oliveira²

Marilda de Paula Mamedio³

Resumo

O projeto político pedagógico (PPP) é o principal documento que rege e define a identidade de uma escola, e indica ainda caminhos para alcançar, visando o benefício dos alunos. É considerado um documento muito importante, que define diretrizes e metas para que todos os objetivos ali propostos sejam alcançados. Além disso, a construção do PPP deve contar com a participação de todos os envolvidos no corpo escolar. Por tanto esta investigação teve por objetivos verificar a participação da comunidade escolar na elaboração do projeto político pedagógico de uma determinada escola, perceber a importância dessa participação para o desenvolvimento pedagógico da escola e investigar como ocorre a articulação da gestão escolar no processo da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Quanto a metodologia a mesma se constituiu em quantitativa e qualitativa para a realização da pesquisa foi utilizado um questionário com 05 questões a cerca doo PPP e 12 professores participantes para respondê-los, todos de uma única escola municipal da cidade de Formosa-Go. Após a análise dos dados, constatou-se que houve resultados não muito satisfatórios, pois houve divergências em muitas questões e também de um questionário para o outro, além disso, foi notado certo receio por parte de alguns professores em responder aos questionários, chegou-se à conclusão que, nem todos os envolvidos no corpo escolar possuem participação efetiva na construção do projeto político pedagógico.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Construção, participação, corpo docente.

Introdução

O projeto político pedagógico (PPP) é o principal documento que rege e define a identidade de uma escola, e indica caminhos para alcançar o desenvolvimento das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras. Sendo considerado um documento, muito importante por que define diretrizes e metas para que todos os objetivos ali propostos sejam alcançados.

¹ Acadêmica do 8º período do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: biancab38@hotmail.com

² Acadêmica do 8º período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: cleidiane0917@gmail.com

³ Professora da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: marildamamedio@hotmail.com

O Projeto Político Pedagógico é um meio norteador das atividades pedagógicas, tem objetivos a serem alcançados, e deve ser construído de forma a projetar a verdadeira identidade da escola, levando em consideração a comunidade a qual esta inserida: o perfil dos alunos, familiares, a administração escolar e demais funcionários.

Para que o mesmo seja construído de forma colaborativa é de suma importância que se leve em consideração a participação de toda a comunidade escolar, desde a administração, as considerações do corpo docente, discentes, o segmento de pais de alunos da escola.

O PPP nos últimos anos se constituiu como um importante objeto de estudo para professores, acadêmicos de licenciatura, instituições de ensino, pesquisadores e dentre varias outras áreas que tem interesse pelo estudo do mesmo.

Frossard e Cunha (2014, p. 187) mencionam que:

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o resultado de conquistas dos mais variados setores da sociedade e é parte integrante do conjunto de diretrizes teóricas e práticas de qualquer instituição. Sua concepção deve, obrigatoriamente, envolver os mais variados atores do processo escolar: profissionais da educação, alunos, pais e demais funcionários de uma unidade escolar.

O projeto político pedagógico traz consigo um papel fundamental no que diz respeito ao planejamento das instituições de ensino levando em conta todas as questões sociais envolvidas nas relações comunitárias daquela escola. *Veiga* (1998) ao contribuir com a construção do PPP, destaca que:

O projeto político pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como à explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinar crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local (*VEIGA*, 1998, p.9).

Verifica-se a obrigatoriedade da participação da comunidade escolar ou do representante de cada colaborador dos segmentos, no que diz respeito à elaboração deste documento, tornando assim a construção do PPP uma atividade coletiva em que a participação de todos efetiva a proposta de colaboração prevista na legislação pertinente.

Denota-se ainda a obrigatoriedade de cada instituição de ensino possuir este documento, para tanto a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.934/96 prevê em seu artigo 12, inciso I, que os estabelecimentos de ensino respeitados as normas comuns e as de seu sistema de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. (POPPOVIC, 1998).

Cabe ainda destacar que: “os artigos 13 e 14, a LDB destacam que a elaboração da proposta pedagógica contará com a participação dos profissionais da Educação, que deverão ainda definir e cumprir plano de trabalho para concretizá-la” (POPPOVIC, 1998, p.6).

Portanto, a instituição escolar deverá elaborar uma proposta pedagógica, e a mesma deve ser inserida no Projeto Político Pedagógico, esta deverá conter todo um plano de ensino elaborado por professores, contando com a contribuição dos gestores, opiniões de pais, especialmente com a contribuição da coordenação pedagógica da escola.

A construção de proposta pedagógica deve ser algo coletivo, a fim de construir algo significativo e colaborativo através de metas que serão traçadas com o intuito de serem seguidas e também serem realizados os objetivos propostos para aquele ano letivo. Além de estarem trabalhando com algo promissor para a instituição, os envolvidos nessa construção poderão até mesmo estar trabalhando com autonomia. Caria (2011, p.111), afirma que:

A participação no planejamento de uma escola permite, aos envolvidos, ampliar os seus níveis de autonomia pessoal, já que favorece o desenvolvimento de inúmeras aprendizagens e habilidades sociais, como, por exemplo, aprender a conviver com a diferença, a valorizar o conflito e a pluralidade de ideias, a aprender a se comunicar e a interagir com os outros, a decidir em grupo e a valorizar o saber social.

Segundo Libâneo (2004, p.102) a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.

Partindo do pressuposto que a participação do cidadão na sociedade é o cumprimento da cidadania, é fundamentada na democracia, e sendo assim, constituída a base democrática. Sendo que uma base democrática se constrói a partir da participação e envolvimento de todos os membros. O PPP não pode ser imposto, mas deve ser constituído coletivamente, por ser um documento que é a identidade da escola e não apenas de um grupo.

A Lei 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que trata do Sistema de Ensino e da gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, estabelece no Art. 2º, que:

Art. 2º A gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios:

I – participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;

II – respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

III – autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;

IV – transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;

V – garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;

VI – democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;

VII – valorização do profissional da educação.

Portanto a participação é o primeiro passo que a escola deve tomar para se efetivar uma democracia que garanta os direitos dos cidadãos, a escola, sendo um espaço para se formar cidadãos, precisa ter um caráter democrático e participativo, pois não há como preparar para a democracia em meio ao autoritarismo.

Contudo a gestão escolar deve ser organizada com os princípios democráticos e participativos, sendo indispensável para a direção escolar a função de administrar juntamente com a comunidade escolar, os pais, professores, funcionários e a equipe diretiva, deve contribuir para que assim juntos avaliem e busquem caminhos para que a escola possa alcançar os seus objetivos.

Para Libâneo (2014) é importante a ação de todos os membros, para o entendimento do papel que cada um tem no trabalho coletivo.

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas a grupos de livre determinação de si própria, isto, é, de conduzirem a sua própria vida. Com autonomia opõe-se as formas autoritárias de tomadas de decisões, suas realizações concretas nas instituições e a participação (LIBÂNEO, 2014, p.102)

A democratização da gestão permite que todos participem da elaboração do PPP e das metas e objetivos que a unidade escolar pretende alcançar, por essa razão o gestor tem

grande contribuição em ser o mediador, ele deverá coordenar esse processo de organização.

Conforme Luck (2000) esse processo de intermediar do gestor escolar deve ser:

[...] um gestor da dinâmica social, um mobilizador, um orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar a unidade e consistência na construção do ambiente educacional e promoção segura de formação de seus alunos (LUCK, 2000, p.16).

Para o gestor esse papel é um grande desafio: atuar como líder e desenvolver uma organização participativa, mas isso é fundamental para a unidade escolar, para que assim a escola alcance autonomia e garanta uma gestão democrática. Deverá trazer a comunidade escolar para participar ativamente das tomadas de decisões que a escola necessita, principalmente na construção e elaboração do Projeto Político Pedagógico, para que assim possam absorver a realidade vivida naquela unidade e cada um expor metas e ações a serem executadas.

O objetivo desta pesquisa é verificar a participação da comunidade escolar na elaboração do projeto político pedagógico de uma determinada escola. Com esse estudo, será possível verificar a importância dessa participação para o desenvolvimento pedagógico da escola. Tendo como objetivo específico investigar como ocorre a articulação da gestão escolar no processo da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

Reconhecendo a relevância dos estudos nessa área foi delimitado como proposta metodológica a pesquisa quantitativa, utilizando como instrumento o questionário de questões fechadas e objetivas de múltipla escolha, destinado ao segmento de professores de uma instituição de ensino público de município de Formosa-GO.

Metodologia

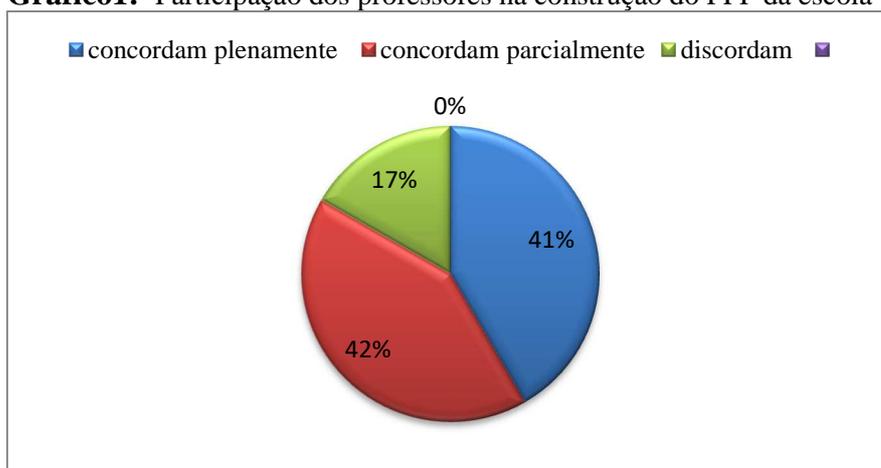
A metodologia constituiu-se em uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa. Essa investigação é resultante do estágio supervisionado em Educação do Ensino Fundamental do 7º semestre do curso de pedagogia da UEG – campus Formosa. Para tanto foram selecionadas 12 professores (as) da Escola Municipal, em que foi realizado o estágio, para responderem a um questionário com 05 questões. Essas questões

tiveram como objetivo investigar se a comunidade escolar tem participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Resultados e discussão

A primeira questão teve como objetivo investigar se os professores participam na construção do PPP.

Gráfico1: Participação dos professores na construção do PPP da escola



Fonte: 1 Acervo das pesquisadoras

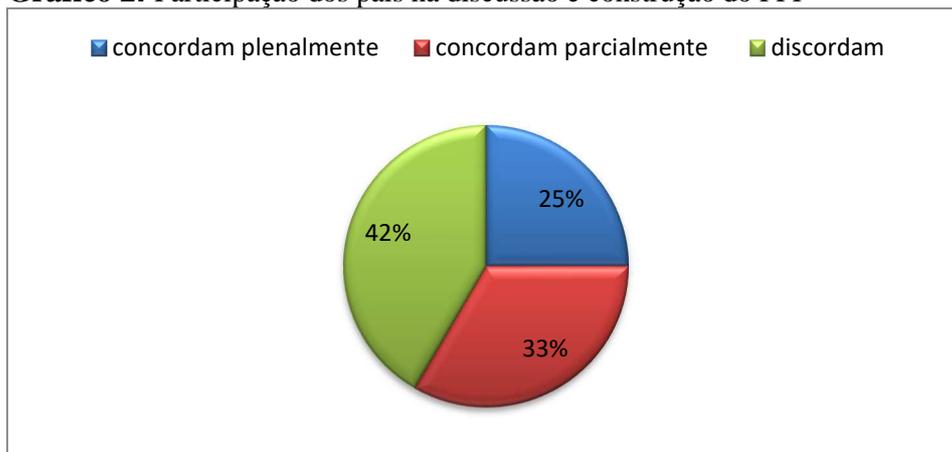
De acordo com os dados obtidos através do questionário, o gráfico revela que há uma discordância em relação a esta pergunta, sendo que 41% concordam plenamente que os professores tem a participação efetiva na construção do PPP, já 42% concordam parcialmente e, cabe ressaltar que 17% dos participantes discordam, deixando claro que essa participação que deveria ser efetiva não acontece nessa escola, pois se somarmos 42% dos que participam parcialmente aos que não participam teremos um total de 59% o que pode se considerar um dado preocupante. É possível que quase 60% dos entrevistados não participem efetivamente da construção do PPP.

Veiga (1998, p.10), afirma que o professor deve ser caracterizado como professor-pesquisador o que constitui uma urgência nos dias atuais, observando o que ocorre, ouve o que é dito, leem o que é descrito, levantam questões, observam e registram.

Portanto, é essencial que o professor participe da elaboração do PPP, e exponha a sua necessidade, que deve ser atendida através de debates para que assim os problemas sejam discutidos e juntos possam buscar formas de chegar à solução dos problemas.

. Na segunda questão foi abordada a relevância da participação dos pais na construção do PPP. Essa participação envolvendo a discussão e a construção traz para a comunidade escolar importantes discussões sobre a realidade da comunidade em que a escola está inserida.

Gráfico 2. Participação dos pais na discussão e construção do PPP



Fonte: 2 Acervo das pesquisadoras

O resultado do gráfico aponta que 42% dos professores discordaram da pergunta, quanto a participação dos pais. 33% concordam parcialmente e 25% concordam plenamente. O que evidencia que 75% não percebem a importância do comprometimento dos pais na elaboração do PPP da escola.

De acordo com Frossard e Cunha (2014). É essencial que a escola envolva os mais variados atores do processo escolar: profissionais da educação, alunos, pais e demais funcionários de uma unidade escolar, para que assim a escola possa conhecer e atender as necessidades da comunidade e dos alunos que ali residem.

Para que a construção do PPP seja realizada da melhor maneira possível é indispensável à presença da comunidade escolar. No entanto é possível que isso não ocorra na prática, infelizmente essa realidade não é apenas dessa escola, mas de muitas outras, por alguns motivos dos quais ainda não sabemos. Seria necessário ampliar investigações nessa área. A participação de professores e pais, assim como os demais segmentos é fundamental para atingir as necessidades da coletividade, o exercício da cidadania e a construção de uma sociedade democrática.

Na terceira questão, foram elencados os projetos sociais a qual a escola está inserida e se são desenvolvidos de forma efetiva com toda a família e corpo escolar. De acordo com os resultados obtidos, a totalidade dos professores, ou seja, 100% afirmam que a escola desenvolvem projetos sociais na escola envolvendo a participação da família.

Os dados apontam que, essa é uma escola na qual, são realizados projetos envolvendo a participação da família na escola. Uma escola que envolve a família tem grandes chances de ter menos problemas. O desenvolvimento desses projetos tem como objetivo integrar a escola e família, para uma participação mais efetiva na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças. Foram mencionados, (Projetos de Leitura) datas comemorativas, (Projeto Família na escola).

A família é a escola tem algumas características em comum, como o apoio e a sustentação humana, e quanto melhor for a parceria entre escola e família, mas positivos serão os resultados para o indivíduo.

De acordo com Teixeira (2018), o PPP deve ser um documento vivo, com informações atualizadas e de conhecimento de todos, já que será a base para as decisões e apontará as diretrizes para as atividades que serão realizadas ao longo de todo ano. Portanto esses projetos devem ser realizados durante o ano todo, é importante que essas atividades não fiquem apenas no papel.

Na questão quatro foi indagado a disponibilidade do PPP para professores, funcionários, gestores e pais.

Ao analisar os resultados da questão 4, percebe-se que, 100% dos professores envolvidos na pesquisa consideram que o PPP fica disponibilizado para acesso do professor, funcionários administrativos, gestores e pais de alunos. No entanto se analisarmos o gráfico de numero 2, é possível perceber que 75% dos participantes considera que os pais não são convidados, se os mesmos não participaram dessa construção deve-se levar em consideração que os mesmos também não saibam da existência do projeto político pedagógico da escola.

A questão de numero cinco refere-se ao acesso as discussões nos âmbitos administrativos financeiros e pedagógicos e se os professores concordam se os mesmo devem ter acesso a essas questões

Assim, todos os participantes envolvidos na pesquisa concordam plenamente que o professor deve sim ter acesso pleno, sobre todas as decisões administrativas, financeiras e pedagógicas. No entanto se analisarmos o gráfico de numero 59% dos professores consideram que eles não têm participação efetiva na elaboração do PPP, e conseqüentemente não possuem acesso as discussões e decisões nos âmbitos administrativos, financeiros e pedagógicos.

Considerações finais

Levando em consideração os dados obtidos nessa pesquisa é possível afirmar que boa parte da comunidade, se não a maioria, não participam efetivamente na elaboração e construção do PPP. Contudo é muito importante que o PPP tenha a participação de toda a comunidade, incluindo professores e pais dos alunos, para que a gestão democrática conheça e atenda as necessidades e transformações que estão em constante mudança na sociedade.

Vale ressaltar que ao aplicar o questionário aos professores, verificou-se desconfiança e medo por parte de alguns professores. Quando foi entregue o instrumento, alguns professores simplesmente marcaram todas as alternativas concordando plenamente, dava-se a impressão que queriam se livrar de perguntas incomodas. É possível que nem todos responderam com sinceridade, talvez uma entrevista poderia ter captado melhor os sentimentos dos professores em relação a esse importante documento. Ao entregarmos o questionário uma professora nos devolveu, alegando que não poderia responder as essas questões, pois, tratava-se de obrigação da direção.

É possível que tenha havido negligência por parte da unidade escolar quanto a melhor divulgação e participação na construção do PPP. Algumas respostas se contradiziam. De acordo com as respostas da questão 5 verifica-se que os professores tem a noção de que eles precisam fazer parte da tomada de decisões na parte administrativa, financeira e pedagógica, porém, na questão 1 as respostas revelam que não existe participação dos professores nessas tomadas de decisões, somente 42% concordaram com a sua participação e outros 17% discordaram.

O Projeto Politico Pedagógico é um documento de construção coletiva e democrática, onde todos podem e devem: discutir questionar, trocar ideias, planejar e opinar. É importante que seja uma proposta transparente, e que nesse processo aconteça a

participação de todos e que todas as coisas planejadas para o ano letivo devam ser colocadas em execução durante o ano.

Referencias

CARIA, Alcir de Souza. CARIA, A. S. **Projeto político-pedagógico em busca de novos sentidos**. São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

LEI Nº 4.751, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012, **Poder executivo**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/vade-mecum-brasileiro,lei-no-4751-de-7-de-fevereiro-de-2012-dispoe-sobre-o-sistema-de-ensino-e-a-gestao-democratica-do-sistema-de-e,41550.html>> Acesso em 03 de junho de 2018

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da Escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. In: Em Aberto, nº 72 (Gestão Escolar e Formação de Gestores, Jun de 2000, p.11-34). Disponível em: http://www4.inep.gov.br/download/cibec/2000/em_aberto/emaberto72.pdf>. Acesso em: 24 de junho 2018.

OLIVEIRA, B. R. TONINI, A. M. **Gestão Escolar e Formação Continuada de Professores** Editar, Juiz de Fora-MG Editar, 2014. (FROSSARD E CUNHA. **Dois anos de PPP o que construímos?**)

Projeto Político-Pedagógico: Orientações para o gestor escolar / textos Comunidade Educativa CEDAC. – São Paulo: Fundação Santillana, 2016. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A808A825408697301540BF15A707F0D>

POPPOVIC, Pedro Paulo, **Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico/ Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998. 96 p. - (Série de Estudos. Educação a Distância, ISSN 1516-2079; v.5.

TEIXEIRA, Laryssa. **Como colocar o Projeto Político Pedagógico em prática**. Nova Escola, 2017. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1929/como-colocar-o-ppp-em-pratica>>. Acesso em: 16 de agosto de 2018

VEIGA, I. P. **Escola: Espaço do projeto político pedagógico/** Campinas, SP: Papirus, 1998.